

ELITES E INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS NO BRASIL OITOCENTISTA: NOTAS DE (PARA) UMA PESQUISA

Williams Andrade de Souza[1]

Resumo
Nesta comunicação apresentamos o percurso de problematização, pesquisa e escrita da tese de doutoramento: "O império das (nas?) municipalidades: as elites e o governo da cidade no Brasil oitocentista (Recife, 1829-1849)", defendida pelo autor no corrente ano. Discorremos sobre o procedimento teórico-metodológico, a documentação consultada e seus usos e a escrituração que deu origem ao citado trabalho. Trazemos, portanto, uma amostra da prática historiográfica adotada, a qual se instrumentalizou, em parte, dos pressupostos da prosopografia e da microanálise para empreender, no campo da História Social e Política, um estudo do perfil, redes de aliança e atuação das elites governativas no Brasil do Século XIX.

Palavras-chave: História. Política. Cidades.

O presente texto discorre panoramicamente sobre parte do percurso de problematização, pesquisa e escrita da tese de doutoramento: "O império das (nas?) municipalidades: as elites e o governo da cidade no Brasil oitocentista (Recife, 1829-1849)", defendida pelo autor no corrente ano. Apresentam-se o procedimento teórico-metodológico, a documentação consultada e seus usos e a escrituração que deu origem ao citado trabalho. Trazemos, portanto, uma amostra da prática historiográfica adotada, a qual se instrumentalizou, em parte, dos pressupostos da prosopografia e da microanálise para empreender, no campo da História Social e Política, um estudo do perfil, das redes de aliança e das elites governativas no Brasil do Século XIX.

Tomando como objeto o rol de 95 indivíduos que atuaram na municipalidade do Recife nas seis primeiras legislaturas após a lei de 1º de outubro de 1828,[2] traçamos o itinerário de suas trajetórias existenciais e deslindamos informações sobre laços familiares, ocupação, formação, idade, moradia, função militar/policial,

[1] Doutor em Estudos Históricos Latino-Americanos, Professor Pesquisador I da UAB/UFRPE e SEDUC-PE. E-mail: willandsouza@hotmail.com.
[2] Lei que deu instruções para as eleições das Câmaras Municipais e dos Juízes de Paz e seus Suplentes no Brasil oitocentista. (BRASIL. Decreto de 1º de dezembro de 1828).



cargo político-eleitoral, posição partidária, vínculos societários, pertenças em irmandades, títulos honorífico/nobiliárquico e condecorações, remontando a biografia coletiva daqueles personagens e o perfil de elite do grupo de poder da governança local. No limite, a vida, as sociabilidades e redes de aliança[3] daqueles homens foram evidenciadas, apontando para a composição de uma *elite complexa*/*elite de elites* atuando nos quadros municipais daquela capital. Evidenciamos que o grupo ligava-se aos aparatos do Estado e a diversificados círculos sociais locais por vínculos verticais e horizontais, mantendo, portanto, estreita relação política e socioeconômica com a cidade e seus habitantes, as instituições existentes e a ordem estatal vigente.

Para tecer o fio do relato através dos rastros de uma realidade outrora vivida, como sugere Carlo Ginzburg (2002, p. 44; 2007, pp. 249-279), a investigação priorizou uma diversidade de fontes textuais e imagéticas: atas de reuniões, biografias e árvores genealógicas, cartas, censos e estatísticas, debates parlamentares, editais, informações em almanaques, inventários e testamentos, listas de eleição, mapas e plantas cartográficas, notícias de jornais, ofícios expedidos e recebidos, pinturas, gravuras e fotografias, projetos e leis, registros paroquiais, relatórios, relatos de viajantes, requerimentos, entre outros, resguardados em institutos, fundações, arquivos públicos, bibliotecas, igrejas e irmandades. Uma parte do material utilizado foi coletada na rede mundial de computadores; outra, pesquisada e fotografada em arquivos físicos, criando-se um acervo particular de documentos digitalizados.[4]

Metodologicamente, optamos pelo uso da prosopografia e do método onomástico[5] para o estudo das biografias coletivas dos indivíduos investigados. Esses procedimentos permitem entrever os itinerários de indivíduos e remontar suas redes parentais e relacionais (STONE, 2011), para reconstruir uma série de destinos

[3] Utilizamos o termo “redes de alianças”, pois ele abarca as relações políticas, econômicas e familiares.

[4] Foram consultados nos sites da Biblioteca Nacional (BN), da Câmara dos Deputados e dos Senadores, do *Center for Research Libraries*, da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), do Instituto Moreira Salles periódicos e obras de referências, fotografias e iconografias, mapas e plantas cartográficas, relatórios ministeriais e de presidentes de províncias, projetos, leis e debates parlamentares disponíveis. Cf. https://www.bn.gov.br/, http://www2.camara.leg.br/, https://www12.senado.leg.br/, http://www.crl.edu/, https://www.cepe.com.br/, https://ims.com.br/. Lista completa em: SOUZA, 2019.

[5] Isto é, “encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos” através do seu nome na diversidade documental. (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989. p. 174).



inscritos no espaço de uma comunidade restrita, revelando os contornos de um grande jogo social e político, como o fez Giovanni Levi em *A herança imaterial (*LEVI, 2000; REVEL, 1998).[6] Nesse processo, entre outros recursos tecnológicos, utilizamos *software* de Reconhecimento Ótico de Caracteres (*Optical Character Recognition* – OCR), o arquivo em Formato Portátil de Documento (*Portable Document Format* – PDF) e a imagem comprimida (*Joint Photographic Experts Group* – JPEG), que potencializaram a consulta, coleta, cruzamento e consolidação dos dados.

A partir da análise de 1.278 atas e 1.026 ofícios produzidos pela municipalidade do Recife ao longo dos 20 anos abarcados pelo estudado,[7] elaboramos uma lista nominal dos vereadores que atuaram na cidade no período em tela.[8] Este foi o índice onomástico utilizado como o fio condutor da pesquisa sobre as trajetórias. Para fins didáticos, apresentamos abaixo os nomes em ordem alfabética e segundo a forma mais corriqueira em que apareceram na documentação.

Quadro 1: Lista nominal dos vereadores que atuaram no Recife entre 1829 e 1849

Nomes em ordem alfabética	
Agostinho da Silva Neves Júnior	Joaquim Francisco de Mello Cavalcante
Ângelo Henrique da Silva	Joaquim José de Miranda
Anselmo Francisco Peretti	Joaquim José de Miranda Júnior
Antônio Carneiro Machado Rios	Joaquim Lúcio Monteiro da Franca
Antônio Elias de Moraes	Joaquim Vilella de Castro Tavares
Antônio Gomes Pessôa	José Antônio Esteves
Antônio João da Ressurreição e Silva	José Bento da Costa
Antônio Joaquim de Mello	José Camello do Rego Barros
Antônio José Pereira	José de Barros Falcão de Lacerda

[6] O autor recompôs a história de um religioso e outros tantos personagens de uma pequena aldeia piemontesa, e observou o processo de construção do Estado moderno na Europa, demonstrando que o seu rastro pode ser recuperado por meio de uma poeira de acontecimentos minúsculos.
[7] As atas e ofícios da Câmara do Recife foram coligidos no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.
[8] Optamos por tratar apenas dos indivíduos que exerceram, mesmo que por um curto período, o cargo eletivo na vereança do Recife entre os anos abarcados pela pesquisa.



Antônio José Pires Júnior	José de Pinho Borges
Antônio Luis de Souza	José dos Santos Nunes de Oliveira
Antônio Peregrino Maciel Monteiro	José Egídio Ferreira
Antônio Ricardo do Rego	José Felix de Souza
Bento Joaquim de Miranda Henriques	José Francisco Ferreira Catão
Bento José da Costa Júnior	José Gomes Leal
Bernardino Pereira de Brito	José Gonçalves da Silva
Bernardo Antônio de Miranda	José Ignácio da Câmara
Bernardo José Martins Pereira	José Jerônimo Rodrigues Chaves
Caetano José Ferreira de Moráes	José Joaquim Bezerra Cavalcante de Albuquerque
Domingos Affonso Neri Ferreira	José Joaquim d'Oliveira
Elias Coelho Cintra Júnior	José Joaquim de Souza
Felippe Neri Ferreira	José Joaquim Jorge Gonçalves
Felippe Menna Callado da Fonseca	José Machado Freire Pereira da Silva
Francisco Antônio d'Oliveira	José Maurício de Oliveira Maciel
Francisco Carneiro Machado Rios	José Narciso Camelo
Francisco de Paula Gomes dos Santos	José Pires Ferreira
Francisco Gonçalves da Rocha	José Ramos de Oliveira
Francisco Gonçalves de Moraes	José Rodrigues do Passo
Francisco Ludgéro da Paz	Luis de Carvalho Paes d'Andrade
Francisco Luis Maciel Vianna	Luis Francisco de Mello Cavalcante
Francisco Mamede de Almeida	Luis Gomes Ferreira
Gaudino Agostinho de Barros	Luiz José de Sampayo
Gaspar de Menezes Vasconcellos de Drummond	Manoel Caetano Soares Carneiro Monteiro
	Manoel Cavalcante de Albuquerque e Mello
Ignácio da Costa Monteiro	Manoel Coelho Cintra
Ignácio Nery da Fonceca	Manoel de Souza Teixeira
Jacinto Moreira Severiano da Cunha	Manoel do Nascimento Costa Monteiro
João Baptista Branco	Manoel Felix Nunes de Castro
João Baptista Soares	Manoel Joaquim do Rego Albuquerque



João Francisco Bastos	Manoel Joaquim Ferreira
João Francisco Bastos [Júnior]	Manoel José Martins
João Francisco de Albuquerque Mello	Manoel Zeferino dos Santos
João José Pinto	Rodolfo João Barata de Almeida
João Pires Ferreira	Simplício Antônio Mavignier
Joaquim Bernardo de Figueiredo	Thomaz d'Aquino Fonseca
Joaquim de Almeida Catanho	Thomás José da Silva Gosmão
Joaquim d'Aquino Fonseca	Thomás Lins Caldas
Joaquim de Oliveira e Souza	Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto

FONTE: Elaborado pelo autor a partir das atas e ofício da CMR.

Igualmente, foi elaborado um fichário ou questionário biográfico que reunisse informações sobre os indivíduos pesquisados, conforme o modelo abaixo.[9]

Quadro 2: Ficha ou questionário biográfico

Tipo de entrada	Dado coligido
Nome	
Nascimento	
Morte	
Filiação	
Cônjuge	
Formação	
Ocupação	
Posição partidária	
Cargo político-eleitoral	
Membro de sociedade	
Membro de irmandade	
Título honorífico	
Idade quando serviu como vereador	

[9] Muito embora tivéssemos referências metodológicas e exemplos práticos na historiografia especializada, a proposta desse quadro surgiu a partir do vislumbre que a própria documentação e informações coligidas foram proporcionando. HEINZ, 2011; PERISSINOTO; CODATO, 2015; GIL, 2015.



Endereço de residência	
Endereço de trabalho	
Naturalidade	

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro e a pesquisa nas supracitadas atas e ofícios e em mais 5.015 documentos consultados permitiram remontar dados biográfico-genealógico, informações cíveis, registros cadastrais e documentos de caráter jurídico-civil e eclesiástico que viabilizaram incluir na ficha as entradas sobre nascimento e morte, idade e naturalidade, filiação e cônjuge, sociedade e irmandade, formação e ocupação, residência e trabalho, cargo político-eleitoral e titulação honorífica, entre outros pormenores da vida pública e particular da quase totalidade dos personagens listados.

A partir da seriação documental, fez-se um consolidado de informações e se elaborou um banco de dados com o resumo biográfico dos personagens estudados, “Perfil consolidado dos vereadores do Recife”, cuja sinopse segue no quadro abaixo.

Quadro 3: Sinopse do perfil consolidado dos vereadores do Recife

Entradas de perfis e totalidade dos indivíduos arrolados												
Vereador	Legislatura	Legislatura como vereador	Posição partidária	Formação	Ocupação	Função Militar / Policial	Cargo político-eleitoral	Sociedade	Irmandade	Título Honorífico Nobiliárquico / Condecoração	Residência / Trabalho	Naturalidade
95	137	43	59	73	94	73	95	61	32	41	87	37

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar de as informações sobre cada uma das entradas não serem completas em relação à totalidade dos indivíduos arrolados, a amostra foi bem significativa. Dos noventa e cinco indivíduos listados nesta pesquisa, identificamos a idade de 45%[10] deles em sua primeira legislatura; tendência partidária de 62% deles; de sua formação, quase 77%; ocupação, 99%; função militar/policial, 76,8%; membros de sociedades, 64%; pertencentes à irmandade, 34%; título honorífico,

[10] Os dados da tabela estão apresentados em percentagens no parágrafo.



43%; local de residência/trabalho, 91%; e, naturalidade, 38%, sendo este último dado um tanto dispensável para a pesquisa, pois, independentemente do lugar de nascimento, todos eram naturalizados como brasileiros.

Grande parte dos dados utilizados para este quadro foi coligida em repositórios *on-line*, conforme dissemos. Mas, não se engane o leitor, não basta apenas ter o acesso rápido e mais democratizado à fonte histórica. É preciso conhecer as condições de produção da documentação e forma adequada de utilização das ferramentas de pesquisa disponíveis (SAMARA; TUPY, 2010; BALCKY. 2011; PINSKY, 2012, 2015). No sistema de busca em documentos digitalizados a partir do *software* OCR, as palavras digitadas são "reconhecidas" somente se estiverem legíveis no texto original. Nesse ponto, as dificuldades são mínimas, pois os exemplares disponibilizados nos repositórios das instituições de guarda documental são os melhores. Ainda assim, é possível algum tipo de "perda". O mais problemático é o anacronismo do vernáculo. Isto é, quando achamos que todas as palavras no passado tinham a mesma grafia que as atuais. Contudo, a norma culta e a maneira de grafar variam ao longo do tempo, por isso a necessidade de se conhecer um pouco sobre o tema.

À guisa de exemplo, ao digitarmos a palavra "teatro" na parte de busca do repositório da hemeroteca digital da BN e da CEPE, vimos que ela só aparecia 27 vezes no Diário de Pernambuco (DP) de 1825 a 1839, mas, escrevendo-se "theatro", tivemos 1.290 ocorrências no mesmo jornal e período. Uma simples letra fez toda a diferença. Agora, imaginem as composições nominais, como: "Ignácio Nery da Fonseca" e "José Gonçalves da Silva", que poderiam ser escritas "Inácio Neri da Fonceca" e "Joze Gonsalves da Silva", ou outras mais combinações!? Ou seja, em se tratando de nomes, isso ainda é mais problemático. Sendo assim, é preciso também, entre outras coisas, conhecimento paleográfico (ACIOLI, 2003; SAMARA, 2010) na hora de digitar palavras e clicar em busca nos documentos digitalizados, evitando-se ou minimizando as perdas de entradas e referências existentes na documentação. Mas essa ainda não é a maior problemática em torno do nome.

Retomando a perspectiva onomástica, para a elaboração dos perfis biográficos, o nome de cada personagem arrolado na lista nominal foi o fio de Ariadne que guiou o investigador no labirinto documental, parafraseando Ginzburg. Mas essa tarefa não é tão simples como nos parece fazer crer aquele historiador.



Um dos percalços do uso do método onomástico é a constatação da existência em um mesmo local e período de um ou mais homônimos para os personagens estudados. Nesse sentido, a homonímia pode pregar uma peça nos que se enveredarem pelo respectivo método. A identidade de nomes entre pessoas da mesma família ou entre aquelas em que não há necessariamente laços de parentesco, se não superada, impossibilita o avanço substancial da pesquisa. Nesses casos, é preciso lidar com essa questão ao longo de todo o processo de coleta de documentos, análise de dados e consolidação das informações em fichas biográficas individuais para remontar o perfil consolidado dos investigados.

Conforme explicitamos, o método onomástico sugere a persecução da vida através do nome. Ou seja, o nome como o fio condutor da pesquisa. Para o caso da pesquisa em apreço aqui, ao passo em que os homônimos foram sendo identificados na documentação, buscou-se identificar os dísticos dos autógrafos e rubricas deles, nos casos em que as assinaturas apareciam nos manuscritos consultados. Considerou-se, portanto, que se há "o nome e o como" existe também o "como dos nomes" (WEIMER In: MARTINS; MOREIRA, 2012, pp. 181-214).[11]

Foi o que adotamos em relação ao caso do vereador José Joaquim d'Oliveira. O nome dele aparece na 2ª, 3ª e 6ª legislaturas da Câmara Municipal do Recife no período estudado, mas as escriturações não são totalmente idênticas. Os autógrafos desse personagem apresentam diferenças ao longo dos ofícios assinados e atas rubricadas. Por exemplo, o primeiro "J", o "d" e o "O" entre as assinaturas da primeira e última vez em que ele foi vereador trazem claras distinções. Não se trata de uma mudança sutil, a ponto de que se tomadas isoladamente fazem crer serem pessoas diferentes. Mas, a observação detalhada da caligrafia constatou verossimilhança nas demais partes do nome. Assim, pareamos todas as assinaturas e constatamos que as citadas letras mudavam entre intervalos da mesma documentação e legislatura, indicando ser o mesmo indivíduo assinando com leves traços distintos o seu próprio nome. Provavelmente as mudanças ocorriam ao sabor do humor ou das condições de escrita do nosso personagem. A leitura holística das

[11] Muito embora autor preocupe-se com as práticas de nominação, por meio dessa leitura refletimos acerca da necessidade de se observar como o nome é escrito, como aparece na documentação e como essa observância pode ajudar a evitar equívocos com os casos de homonímia.



informações referentes a ele no nosso banco de dados ratificou a assertiva e não declinou para homonímia.

Outra maneira de se minimizar ou tentar superar o problema dos homônimos é, quando possível, procurar entrever os indivíduos possuidores de mesmo nome de batismo nos seus próprios contextos de vida, buscando traços de diferenciação entre eles. Quando utilizamos fontes impressas em que não há possibilidade de confrontação caligráfica das assinaturas, este é o procedimento mais plausível. Foi o que fizemos no caso de Joaquim José de Miranda, que se enquadra no exemplo anterior, mas também nesse em que analisamos os contextos da vida dos personagens e das informações coligidas.

Este indivíduo foi vereador do Recife no ano de 1835. Já tínhamos informações de que outrora um português de mesmo nome atuara naquela Casa como procurador, em 1811, e 3º vereador, em 1815, sendo um negociante bem consolidado na praça de Pernambuco desde 1800 (SOUZA, 2015, pp. 691-692). Por fim, soubemos também que este dito cujo era pai dos irmãos camaristas Joaquim José de Miranda Júnior e Bernardo Antônio de Miranda. Até aí, tudo bem! Agora, pensem quão estranho nos foi encontrar o Joaquim José de Miranda assinando um ofício com Bernardo Antônio de Miranda, ambos camaristas na mesma legislatura de 1835.[12] Pela ausência do sobrenome "Júnior", poderíamos titubear e achar que se tratavam de pai e filho. Mas, segundo a lei, com esse grau de parentesco eles não podiam assumir cadeira municipal concomitantemente.[13] Estávamos, portanto, diante de homônimos.

Foi na própria documentação impressa que encontramos os indícios para desemaranhamos o novelo dessa respectiva homonímia. Em publicação de 1830, Bernardo Antônio de Miranda foi identificado como o procurador de seu pai português na praça de Pernambuco.[14] Dois anos depois, em uma longa defesa

[12] Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Câmaras Municipais, n. 13, Recife – 1835. Ofício de 07/08/1835.

[13] Segundo o Art. 23 da lei de 1º de outubro de 1828, não podiam servir como vereadores conjuntamente no mesmo ano, e na mesma cidade ou vila, pai, filho, irmãos ou cunhados. Devendo, no caso de serem nomeados, preferir o que tivesse maior número de votos. (BRASIL. Colleção das Leis do Império do Brasil de 1828).

[14] BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 343, 22/03/1830, p. 1379, c. 2. Nesse mesmo período o camarista de 1835, que era o homônimo do patriarca português, foi Conselheiro do Governo da Província. Ele tomou assento como Conselheiro de Governo em 16/03/1830, e continuou assinando em outros anos, 1832, 1833. (PERNAMBUCO, 1997, pp. 90, 181, 211, 220, 272). Transcrição impressa, sem autógrafos.



àquele velho negociante, ele deixou registrado seu parentesco com o patriarca e com Miranda Júnior, informando que aquele não estava mais radicado aqui, pois desde a década de vinte era residente em Portugal.[15] Por último, e para não deixar sombra de dúvida, o autógrafo do português foi identificado em dois documentos manuscritos[16] e confrontado com o do camarista homônimo que já dispúnhamos na documentação municipal, ratificando quem era quem nesse emaranhado de nomes.

Para encerrarmos, um exemplo de homonímia tripla que superamos foi o de Antônio José Pires Júnior, vereador em 1831. Mesmo sem o acesso aos autógrafos de dois dos envolvidos na tríade identitária constatada, pudemos contar com a perspicácia e a confrontação da documentação impressa. Pires Júnior, além de ser coetâneo do pai de mesmo nome, tinha também um xará metido em negociatas no bairro do Recife. Com o pai, que foi camarista 16 anos antes dele assumir uma vaga na mesma casa municipal, participou da vida política local em diversos momentos. Como no caso de 1821, em que ambos firmaram com outros habitantes de Pernambuco uma representação ao soberano Congresso. Nessa ocasião, este tinha 33 anos; seu pai, o dobro disso.[17] Mas o mais jovem assinava com o Júnior, eliminando de pronto a confusão que a primeira homonímia identificada pudesse gerar.

Já com o xará que nada tinha de consanguinidade, a coisa foi mais complicada. Este segundo homônimo surgiu na documentação vendendo canoa no portuário bairro do Recife, em 1844. Depois, encontramos José Antônio Fernandes hipotecando terreno em nome dele na Rua do Brum, Fora de Portas da mesma freguesia. Mas aí passamos a desconfiar de que não se tratava do nosso camarista, pois na mesma época este tinha escritório na Rua do Queimado (atual Rua Duque de Caxias), n. 44, bairro de Santo Antônio, mudando-se para o do Recife somente em 1845, quando instalou casa comercial na Rua da Cruz, n. 20. Foi o próprio Júnior quem desatou o nó e revelou a homonímia. Utilizando as páginas do Diário de

[15] BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 339, 20/03/1832, pp. 1321-1324, cc. 1-2; n. 183, 26/08/1833, p. 736, c. 2.
[16] Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Auto do inventário de Joaquim José de Miranda, 1867; (RUNTE JUNIOR, 2013).
[17] O patriarca tinha 66 anos nessa data, pois nascera em 1755; foi militar, negociante, proprietário, dono de loja de fazenda, eleito para a CMR em 1815. Também identificamos que ele chegou à patente de Major das Ordenanças, sendo nela aposentado, e foi dono do engenho Guerra em Ipojuca, em 1824. (SOUZA, 2015, pp. 594-595); BN. Hemeroteca Digital. O Conciliador do Maranhão, n. 45, 15/12/1821, pp. 4-6, cc. 1-2; DP, n. 203, 14/09/1846, p. 3, c. 3.



Pernambuco, disse não ter nada a ver com o homógrafo seu nem com o representante dele, sugerindo que o "outro de igual nome [se aparecesse] de novo, seria bom que acrescentasse algum distintivo ao seu nome para acautelar equívocos". Muito embora o tocaio não desse ouvidos a essa recomendação, voltando a fazer anúncios de venda de terreno alagado em sua casa do Brum sem fazer menção dística em seu nome, agora sabíamos distinguir quem era quem pelo menos em termos geográficos.[18]

Para a interpretação das informações coligidas, consideramos os pressupostos e conceitos do *elitismo*, da prosopografia e da microanálise. A chamada *teoria das elites*, também conhecida por *elitismo*, trouxe-nos questionamentos e aportes significativos. Tendo como principais expoentes Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, esta entende que em qualquer sociedade, época ou lugar um pequeno grupo, por seus dons, competências e recursos, destaca-se e detém o poder, subordinando e dirigindo a maior parte da população (HOLLANDA, 2011). Conceitos como de "elite política", que entende o exercício da política sob a tutela de uma minoria, e o de "circulação de elites", que defende a renovação desses grupos por meio da inserção de novos personagens, inclusive dos estratos inferiores, ou a formação de novos grupos de elite que podem ascender o poder em detrimento de outras (BOTTOMORE, 2009), são algumas dentre várias contribuições do *elitismo* que foram apropriadas pela História das Elites, cujos norteamentos nos foram úteis.

Isso porque, no campo da história, trata-se de uma abordagem cujas contribuições são apropriadas pelo historiador que busca empreender o estudo dos processos nos quais as elites se inserem à luz de suas características sociais mais ou menos constantes, o que "permitiria assim dar conta, através de uma microanálise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social", ou seja, "trata-se de compreender, através da análise mais 'fina' dos atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade", segundo proposições de Flávio Heinz (2006, pp. 8,9).

[18] Saliente-se que o camarista conservou o Júnior como sobrenome durante esse período, certamente como dístico, pois era costume abandonar essa parte do nome após a morte do pai. BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 164, 02/08/1843, p. 4, c. 3; Diário Novo (DN), n. 89, 22/04/1844, p. 4, c. 1; n. 91, 24/04/1844, p. 4, c. 2; n. 66, 26/03/1845, p. 4, c. 1; DP, n. 97, 24/04/1844, p. 3, c. 3; DP, n. 111, 06/05/1846, p. 4, c. 1. O homônimo faleceu em 1866. Jornal do Recife, n. 117, 22/05/1866, p. 1, c. 4.



A redução da escala analítica é uma abordagem indiciária, não necessariamente excludente da macroanálise (CARDOSO; VAINFAS, 1997, pp. 441-449). Portanto, não se presta a contemplação isolada do fragmento, mas da insistência no contexto, ou seja, na ligação ineliminável entre o micro e o macro (GINZBURG, 2007, pp. 249-279). Assim, para o nosso caso específico, o viés foi uma possibilidade para se pensar "miríade de situações locais a partir das quais se construiu e se impôs de fato o Estado", isto é, colocar em relevo "as possibilidades locais, nas relações entre o centro e a periferia, de propor outros modos aquilo que era imposto pela centralização" (ESPADA LIMA, 2006; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2009).

Para confrontar interpretações que privilegiam os grupos dominantes e minimizar a verticalidade da leitura de cima para baixo, cotejamos a análise com outras interpretações historiográficas – especialmente a thompsoniana – que tomam como relevo variados atores sociais e seus protagonismos em todos os níveis da realidade, considerando os modos de fazer dos grupos menos privilegiados, pois estes integram as relações de poder, interferindo ou fomentando a governabilidade e o "fazer-se" dos demais grupos sociais, inclusive das elites dirigentes. Ou seja, atentamos para o protagonismo das classes menos abastadas, pois elas participam do jogo político, conforme preconizou E. P. Thompson analisando contexto diferente (THOMPSON, 1987a; 1998, pp. 152, 159; BERTUCCI, 2010; MÜLLER; DUARTE, 2012).

Propomos assim, uma leitura atualizada do *elitismo* apontando para o dinamismo e a multiplicidade das elites dirigentes, e evidencia que a formação destas se dá espelhada aos grupos que delas não fazem parte. E se, como preconiza Suzanne Keller, o "destino das elites" é ser *guia pater* ou arauto da sociedade (KELLER, 1967), é preciso lembrar que estes não são alienígenas do convívio e influência social. Portanto, seus posicionamentos, além de reflexo de suas leituras sobre o mundo em que se debruçam, também são amoldados pela própria realidade que querem "guiar". Ou seja, nem tudo é criação da elite dirigente, mas também respostas às demandas do corpo social e às transformações por ele estabelecidas ou em curso. Portanto, olhar para a municipalidade por esse prisma da teoria das elites não significa obliterar em nossa análise os governados e nem desconsiderar as relações costumeiras a que estavam metidos.



Com esse olhar “de cima” e “ao rés do chão”, observamos que a elite camararia do Recife estava vinculada de alguma forma às classes dirigentes imperiais – da paróquia à Corte, e vice-versa – e compartilhando dos seus princípios morais, das relações paternalistas, da teia clientelística, dos valores aristocráticos e dos projetos de dominação. Por outro lado, também se conectava e dialogava com as forças sociais no contexto das relações de representatividade, dos princípios de justiça racional e liberalizante,[19] de legitimação do direito formal, enfim, do jogo da reciprocidade compreendido e vivenciado por uma população mais ávida pelo exercício do político (THOMPSON, 1987b).

Nessa bricolagem conceitual, teórica e metodológica, apontamos que a governança citadina era exercida entre as prerrogativas legais do Estado, os interesses da *elite complexa* que nela atuava e a interlocução com o cotidiano social. Nessa tríade, a *Casa Local* não era apenas um instrumento de dominação, mas também uma instância representativa com a qual a população poderia interagir e demandar suas necessidades cotidianas, participando, assim, do mundo governativo, dos destinos das elites dominantes e do processo de formação e consolidação do Estado liberal brasileiro na primeira metade do século XIX. Mas essa é uma história para ser contada em outro momento.

Referências

Fontes

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Câmaras Municipais, n. 13, Recife – 1835.

PERNAMBUCO, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. **Atas do Conselho de Governo de Pernambuco**. Vol. II, (1821-1834). Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco: CEPE, 1997.

Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital.

Diário de Pernambuco
Diário Novo
Jornal do Recife
O Conciliador do Maranhão

[19] Segundo Richard Graham, o liberalismo que plasmou a formação do Estado brasileiro oitocentista impingiu sobre os seus áulicos a ideia de que as “liberdades individuais tinham que ser protegidas, a imprensa aberta a todas as opiniões, e as eleições não apenas realizadas, mas livres, permitindo direitos significativos à minoria”. Ampliar para esta a participação nas “eleições, ter uma voz, e até mesmo ganhar aqui e ali, constituíam uma parte essencial das prioridades dos legisladores”. (GRAHAM, 1997, pp. 106-107, GRAHAM, 2013). Tais pressupostos foram levados em consideração na interpretação sobre a ação da elite municipal no estudo apreciado nesta comunicação.



Câmara dos Deputados

BRASIL. Colleção das Leis do Império do Brasil de 1828. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. **Decreto de 1º de dezembro de 1828**. Dá instruções para as eleições das Câmaras Municipais e dos Juízes de Paz e seus Suplentes. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1828.

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

Auto do inventário de Joaquim José de Miranda,1867.

Bibliografia

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colonial**: um guia para leitura de documentos manuscritos. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangan, 2003.

BERTUCCI, Liane Maria. et al. **Edward P. Thompson**: história e formação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BOTTOMORE. T.B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

PERISSINOTTO, Renato. **As elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba: IBPEX, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 46-47; _____. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FERREIRA, Edgardo Pires**. A mística do parentesco**: uma genealogia inacabada: fotos. Disponível em: http://www.parentesco.com.br. Acesso em: 30/05/2018.

ESPADA LIMA, Henrique. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: _____. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 249-279.

_____. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados (em história)**. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade**: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

HEINZ, Flávio M (Org.). **História Social de Elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

_____. O historiador e as elites – a guisa de introdução. In: _____ (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KELLER, Suzanne. **O destino das elites**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1967.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; REVEL, Jacques. **Jogos de escala**: experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.



MÜLLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz (Orgs.). **E. P. Thompson**: política e paixão. Chapecó: Argos, 2012.
OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (Orgs.). **Exercícios de Micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano (orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.
PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de, (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.
_____ (Org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
RUNTE JUNIOR, Eduardo Frederico. **Investigações sobre um inventário de 1828, 2013**. Disponível em: http://eduardorunte.com.br/livros/documents/doc1/pdf/full.pdf. Acesso em: 29/04/2018.
SAMARA, Eni de Mesquita (Orgs.). **Paleografia, documentação e metodologia histórica**. São Paulo: Humanitas, 2010.
_____; TUPY, Ismênia Spínola. Silveira Truzzi. **História & documento e metodologia de pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010; BALCKY, Leila Filomena. **O arquivo na era digital**. 2011. 67 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.
SOUZA, George Félix Cabral de. **Elites e exercício de poder no Brasil Colonial**: a Câmara Municipal do Recife, 1710-1822. Recife: Editora da UFPE, 2015, pp. 691-692.
SOUZA, Williams Andrade de. **O império das (nas?) municipalidades**: as elites e o governo da cidade no Brasil oitocentista (Recife, 1829-1849). Tese (doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2019.
STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista social e política**, Curitiba, v. 19, n. 39, pp. 115-137, junho, 2011.
THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
_____. **Os Românticos**: a Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
_____. **A formação da classe operária inglesa I**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.
_____. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.
VAINFAS, Ronaldo. Conclusões. Caminhos e descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 441-449.
WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Os comos do nome: desencontros e encontros entre microanálise e estudos de nominação. Um balanço historiográfico e uma proposta de pesquisa. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). **Uma história em escalas**. A microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos, 2012, pp. 181-214.